

1ª EDIÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira todos os dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e, em atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova
aplicado pela banca FGU

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátil e muito simples de ser realizado.

– **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**

marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.

Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.

– **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**

marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.

- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2503271224M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Exame Nacional para Cartórios

ENAC

EDIÇÃO:

1ª Edição

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

4/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

4/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

ENAC – 2º SIMULADO – EXAME NACIONAL PARA CARTÓRIOS – 1ª EDIÇÃO (PÓS-EDITAL)

Direito Notarial e Registral

Carlos Elias

1

- À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Lei de Registros Públicos, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Suponha que um pai venha a reconhecer a paternidade, com a devida averbação. É possível acrescentar o sobrenome dele ao filho, sem necessidade de decisão judicial.
- (B) Uma pessoa que não adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, diretamente no cartório de registro civil, solicitar o acréscimo de um ou mais sobrenomes do cônjuge ao seu nome.
- (C) A supressão do sobrenome do ex-cônjuge mantido no divórcio pode ser feita a qualquer momento.
- (D) Uma pessoa que adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, sem se divorciar, solicitar diretamente no cartório de registro civil o retorno ao seu nome de solteiro.
- (E) É direito subjetivo do ex-cônjuge a modificação do registro civil para reinserir patronímico utilizado na constância do casamento livremente excluído em razão do divórcio.

2

- Assinale a alternativa correta acerca do casamento religioso à luz da Lei de Registros Públicos.
- (A) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, poderá vir a ter efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.
- (B) O termo ou assento lavrado pela autoridade religiosa será enviado ao cartório responsável pela habilitação, e, após a anotação da entrada do requerimento, o oficial realizará o registro em até cinco dias úteis.
- (C) No prazo de quinze dias, a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.
- (D) O termo ou assento do casamento religioso será subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por três testemunhas.
- (E) O registro produzirá efeitos jurídicos somente a partir da data em que for lavrado no cartório, independentemente da data de celebração do casamento.

3

Analise as afirmações abaixo referentes à lavratura do assento de óbito.

- I – Embora a regra seja que nenhum sepultamento seja feito sem certidão de registro de óbito, há casos em que, na prática, o assento de óbito pode vir a ser lavrado após o enterro. Nesses casos, se não houver atestado de médico nem de duas pessoas qualificadas, duas testemunhas do sepultamento as quais possam atestar a identidade do falecido assinarão juntamente com o declarante do óbito.
- II – Admite-se a justificação para o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, sendo suficiente, para tal, a comprovação de sua presença no local do desastre.
- III – No caso de ter a criança nascido morta, o registro será realizado no livro “C Auxiliar”.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) nenhum item.

4

Assinale a alternativa incorreta acerca da habilitação para o casamento à luz da Lei de Registros Públicos.

- (A) Os interessados em se casar deverão previamente obter a sua habilitação mediante a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil perante o oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes.
- (B) A celebração do casamento poderá ser realizada, a requerimento dos nubentes, em meio eletrônico, por sistema de videoconferência em que se possa verificar a livre manifestação da vontade dos contraentes.
- (C) A dispensa da publicação eletrônica dos editais de proclamas, requerida pelos contraentes, nas hipóteses previstas em lei, é de alçada do Juiz Corregedor, com possibilidade de recurso da decisão à Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o Juiz competente, em petição circunstanciada indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.
- (E) A identificação das partes e a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil para fins de habilitação poderão ser realizadas eletronicamente mediante recepção e comprovação da autoria e da integridade dos documentos.

5

- Assinale a alternativa correta sobre a conversão da união estável em casamento.
- (A) O registro da conversão da união estável em casamento envolve prévio procedimento de habilitação sob o mesmo rito previsto para o casamento.
- (B) A conversão da união estável em casamento deverá ser solicitada pelos conviventes ao oficial de registro civil de pessoas naturais, podendo ser realizada em qualquer circunscrição.
- (C) Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandato, a procuração deverá ser pública e com prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- (D) O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro C, sem a indicação da data e das testemunhas da celebração, do nome do presidente do ato e das assinaturas dos companheiros e das testemunhas, anotando-se no respectivo termo que se trata de conversão de união estável em casamento.
- (E) Constará do assento de casamento convertido a partir da união estável a data do início ou o período de duração desta.

6

- Acerca da filiação socioafetiva, assinale a alternativa correta.
- (A) É cabível a inclusão de mais de um ascendente socioafetivo paterno pela via extrajudicial.
- (B) Caso o filho seja menor de 18 anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva poderá ser realizado independentemente de seu consentimento.
- (C) Admite-se aos avós biológicos a possibilidade de reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de netos(as) por meio de procedimento extrajudicial.
- (D) É irrevogável o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de víncio de vontade, fraude ou simulação.
- (E) Permite-se, por via extrajudicial, o reconhecimento da socioafetividade em relação a filhos menores de doze anos, desde que o Ministério Público estadual ou do Distrito Federal seja ouvido no procedimento e dê anuência para a lavratura do registro.

7

Houve diversas mudanças em relação ao nome pela Lei do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a inclusão de sobrenome de ascendente que não esteja registrado nas certidões fornecidas, será obrigatória a apresentação de todas as certidões correspondentes à linha ascendente para comprovação documental.

- (B) O oficial de registro civil não registrará prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, observado que, quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, sendo devidos os emolumentos correspondentes pelo procedimento.
- (C) No prazo de até quinze dias úteis contados da lavratura do assento de nascimento, qualquer ascendente poderá formular, junto ao cartório de registro civil responsável, impugnação fundamentada ao prenome atribuído pelo declarante.
- (D) Conforme a redação vigente da Lei de Registros Públicos, é facultado a qualquer indivíduo, após alcançar a maioridade civil, requerer diretamente perante o Cartório de Registro Civil a alteração de seu prenome, desde que o pedido seja devidamente motivado.
- (E) Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o oficial de registro civil deve lançar adiante do prenome escolhido ao menos um sobrenome de cada um dos genitores, na ordem que julgar mais conveniente para evitar homônimias.

8

Nos termos da Lei n. 6.015/1973, que trata dos Registros Públicos, no âmbito das disposições sobre o registro de nascimento, pode-se corretamente afirmar que:

- (A) o prazo para promover o registro de nascimento é de trinta dias, que poderá ser prorrogado por até três meses nos casos em que o registro se dê em localidade situada a mais de quinze quilômetros da sede do cartório.
- (B) o oficial do registro civil das pessoas naturais do município poderá, por meio de convênio e desde que não prejudique o regular funcionamento da serventia, estabelecer uma unidade interligada exclusivamente em estabelecimento público de saúde, com a finalidade de recepção e envio de dados, lavratura do registro de nascimento e emissão da certidão correspondente.
- (C) quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
- (D) a naturalidade poderá ser atribuída ao município onde ocorreu o nascimento ou ao município de residência do pai do registrando à época do nascimento, desde que este esteja situado em território nacional, cabendo ao declarante a escolha no momento da lavratura do registro de nascimento.
- (E) o nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo constitui prova ou presunção da paternidade.

9

Em relação ao Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN), sabe-se da sua condição de ofício da cidadania. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro do casamento é isento de emolumentos para qualquer pessoa.
- (B) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o RCNP pode prestar outros serviços remunerados além daqueles previstos na Lei de Registros Públicos, desde que estejam relacionados com as atividades registrais e o convênio que autoriza tal prática seja submetido à fiscalização pelos órgãos correcionais do Poder Judiciário.
- (C) Os cartórios de registros públicos não estão obrigados a instalarem quadros com tabelas de emolumentos em locais de grande visibilidade, que possibilitem fácil leitura pelos usuários dos serviços, incluindo a informação sobre gratuidades.
- (D) O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de três testemunhas.
- (E) Somente das pessoas reconhecidamente pobres é que não são exigidos emolumentos para o registro civil de nascimento, o assento de óbito e a primeira certidão correspondente.

10

A suscitação de dúvida é um procedimento previsto em lei, o qual pode ser empregado, por exemplo, na hipótese de discordância quanto a alguma exigência formulada pelo oficial. Acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) a decisão proferida em procedimento de dúvida registral possui natureza *sui generis*, podendo ser contestada em processo contencioso adequado, nos casos especificamente previstos em lei.
- (B) a decisão proferida no procedimento de dúvida registral possui natureza judicial, iniciando um processo comum.
- (C) cabe recurso especial contra decisão proferida em procedimento de dúvida registral.
- (D) a decisão proferida em procedimento de dúvida registral tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
- (E) a decisão proferida em procedimento de dúvida registral tem natureza definitiva, não sendo passível de qualquer medida judicial em sentido contrário.

11

Suponha que o registrador de imóveis constate a existência de uma falha na numeração sequencial das matrículas. A serventia conta com um total de 10.000 (dez mil) matrículas. Todavia, após a matrícula de número 7.000 (sete mil), a seguinte matrícula é a de número 7.011 (sete mil e onze). Considerando o exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O Oficial tem de incluir uma única ficha de matrícula, com averbação indicando todos os números omitidos e atestando a ausência de imóveis sob esses números de matrícula.
- (B) O Oficial somente deverá, na hipótese, incluir 10 (dez) fichas, sendo que cada uma deverá conter uma averbação informando que não foi aberta matrícula com o número constante no cabeçalho.
- (C) O Oficial não poderá permitir a existência de lacunas na numeração sequencial e contínua das matrículas. Assim, utilizará os números ausentes nas novas matrículas a serem abertas, em razão dos novos atos que realizar, indicando no topo da ficha a data da abertura da matrícula.
- (D) O Oficial não poderá permitir lacunas na numeração sequencial e contínua das matrículas. Dessa forma, utilizará os números faltantes nas matrículas subsequentes, em razão dos novos atos que realizar, registrando no topo da ficha a data de abertura da matrícula, desde que o Juiz Corregedor Permanente seja comunicado previamente.
- (E) O Oficial poderá permitir o salto na numeração sequencial das matrículas, uma vez que tal ocorrência não gera qualquer prejuízo ou irregularidade no processo de registro.

12

O INSS, que é uma autarquia federal, protocolou um requerimento para a unificação de dois imóveis e a abertura de uma nova matrícula para o terreno unificado junto ao cartório de Registro de Imóveis. Contudo, o responsável pelo Registro Imobiliário emitiu uma nota devolutiva com determinadas condições que não foram aceitas pela autarquia. Em razão dessa divergência, a entidade solicitou ao oficial do cartório que suscitasse dúvida para a resolução da questão. Considerando o cenário apresentado e à luz das normas processuais e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para o julgamento da dúvida é de um juízo federal.
- (B) Na hipótese, o processamento e julgamento da dúvida suscitada deve ser conduzido por um juízo estadual.
- (C) A decisão proferida no procedimento de dúvida possui natureza judicial.

- (D) A suscitação de dúvida pode ser realizada tão somente de ofício pelo oficial de registro.
- (E) O magistrado decidirá acerca da impugnação da dúvida com fundamento nos documentos apresentados pela parte interessada, sem que seja necessário ouvir o Ministério Público.

13

À luz do Registro de Imóveis e da Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973), assinale a alternativa correta.

- (A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 10 (dez) dias da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (B) Se não houver exigências ou falta de pagamento de custas e emolumentos, deverão ser registrados, no prazo de 5 (cinco) dias os requerimentos de averbação de construção.
- (C) A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial titular como ao seu substituto legal, podendo, ser feita, ainda, por escrevente auxiliar expressamente designado pelo oficial titular ou pelo seu substituto legal mediante autorização do juiz competente, desde que os primeiros estejam afastados.
- (D) Caso exista alguma exigência a ser satisfeita, o oficial de registro deverá comunicá-la, a seu critério, de forma escrita ou verbal, respeitando o prazo estabelecido em lei. A indicação deve ser realizada de maneira clara, objetiva e articulada, reunindo todas as exigências de uma só vez – ou seja, sem apresentar novas demandas posteriormente –, com a devida data, identificação e assinatura do oficial responsável.
- (E) Após a protocolização do título, o oficial deverá, em todos os casos, realizar o registro do documento ou emitir uma nota devolutiva, dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da data do protocolo.

14

Assinale a alternativa correta em relação ao atos praticados pelo Registro de Imóveis.

- (A) Deve ser objeto de averbação o contrato de pagamento por serviços ambientais, quando este estipular obrigações de natureza propter rem.
- (B) A extensão da garantia real à nova operação de crédito, nas hipóteses autorizadas por lei, ingressa por ato de registro.
- (C) O registro da instituição do bem de família legal é admitido no cartório de imóveis.
- (D) O registro do patrimônio rural em afetação em garantia é admitido no cartório de imóveis.
- (E) A cessão do crédito com garantia real sobre imóvel ingressa por ato de registro.

15

No Registro de Imóveis, a legitimação fundiária e a extinção da concessão de direito real de uso estão sujeitos a:

(A) averbação.

(B) registro.

(C) averbação e registro, respectivamente.

(D) registro e averbação, respectivamente.

(E) inscrição.

16

No Registro de Imóveis, há o Livro n. 3 – Registro Auxiliar. Nesse Livro, deverão ser registrados os seguintes atos:

- I – Cédulas de crédito rural.
- II – As convenções de condomínio edilício.
- III – As convenções de condomínio em multipropriedade.
- IV – Contratos de penhor rural.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

17

A Lei n. 8.009/1990 trata da impenhorabilidade do bem de família. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É devida a proteção da impenhorabilidade do bem de família em face do credor hipotecário mesmo em caso de imóvel que foi hipotecado como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- (B) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- (C) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.
- (D) Não se beneficiará da impenhorabilidade do bem de família aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga.
- (E) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

18

- A Lei de Registros Públicos prevê procedimentos extrajudiciais relacionados à promessa de compra e venda. Assinale a alternativa correta:
- Para o cancelamento extrajudicial do registro do compromisso de compra e venda, é irrelevante a concessão da medida liminar de reintegração de posse.
 - Caso o pagamento não seja efetuado, o oficial de registro formalizará a ocorrência e dispensará o recolhimento dos emolumentos para proceder com o cancelamento do registro.
 - O promitente comprador, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, será intimado pessoalmente pelo oficial do competente registro de imóveis a satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, a prestação ou as prestações vencidas e as que vencerem até a data de pagamento.
 - A mora poderá ser purgada mediante pagamento ao oficial do registro de imóveis, que dará quitação ao promitente comprador ou ao seu cessionário das quantias recebidas no prazo de 5 (cinco) dias.
 - O oficial do registro de imóveis poderá delegar a diligência de intimação ao oficial do registro de títulos e documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la.

19

- O Registro Torrens é disciplinado na Lei n. 6.015/1973. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- Não há participação do Ministério Público no procedimento relativo ao Registro Torrens.
 - Caso considere que os documentos apresentados comprovam a propriedade do requerente, o Magistrado determinará a expedição de edital, o qual deverá ser afixado em local usual e publicado uma vez no órgão oficial do Estado e 3 (três) vezes na imprensa local, se houver, fixando prazo não inferior a 2 (dois) meses nem superior a 4 (quatro) meses para a apresentação de eventuais oposições.
 - É desnecessária a realização da notificação das pessoas indicadas pelo requerente, sendo suficiente, para tal fim, a mera publicação de edital.
 - Feita a publicação do edital, a pessoa que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá contestar o pedido no prazo de 30 (trinta) dias.
 - O imóvel sujeito à hipoteca ou ônus real poderá ser admitido a registro independentemente do consentimento expresso do credor hipotecário ou da parte em favor de quem se tenha instituído o ônus.

20

- Acerca dos atos que são objetos de registro no Registro de Imóveis, analise os itens a seguir.
- Da incorporação imobiliária.
 - Da servidão ambiental.
 - Da arrematação e da adjudicação em hasta pública.
 - Das servidões em geral.

Está correto o que se afirma em:

- I, II, III e IV.
- I, II e III.
- I, III e IV.
- I e III, apenas.
- III, apenas.

21

- A qualificação registral é essencial no âmbito do Registro de Imóveis. O prazo para sua realização pelo oficial, contado da data do protocolo, é de:
- 15 dias.
 - 10 dias.
 - 20 dias.
 - 30 dias.
 - 45 dias.

22

- Protocolado um título para registro no Registro de Imóvel, cabe ao oficial proceder à qualificação. No caso de inexistir exigências ou falta de pagamento dos emolumentos e das custas, é correto afirmar que o prazo para a realização do registro do título prenotado no Cartório de Imóveis, contado da data da prenotação, é de:
- 10 dias.
 - 5 dias.
 - 15 dias.
 - 20 dias.
 - 30 dias.

23

- Em regra, vale a regra de que quem prenota em primeiro lugar o título tem preferência no registro. Imagine, porém, que um título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, seja prenotado. Nesse caso, o registrador deverá sobrestrar o procedimento de registro para aguardar a prenotação do título de primeiro grau, sob pena de registro do título como hipoteca de primeiro grau. O prazo de sobreramento é de:
- 5 dias.
 - 10 dias.
 - 15 dias.
 - 20 dias.
 - 30 dias.

24

A Lei de Registros Públco permite a abertura de matrículas de imóveis públicos oriundos de parcelamento do solo urbano implantado, ainda que não inscrito ou registrado, por meio de requerimento acompanhado de documentos. Nesse caso, o prazo para os confrontantes intimados nesse procedimento será de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

25

No procedimento de dúvida regstral, o prazo para o apresentante oferecer impugnação é de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

26

A retificação do registro poderá ocorrer na via extrajudicial. Nesse caso, o confrontante que não tiver assinado a planta será notificado pelo Oficial de Registro de Imóveis competente, a requerimento do interessado, para se manifestar no prazo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

27

O usucapião poderá ocorrer pela via extrajudicial. Nessa hipótese, o prazo para o confrontante que não tiver assinado a planta se manifestar é de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

28

A adjudicação compulsória fruto de uma promessa de compra e venda pode dar-se perante o Cartório de Imóveis. Nesse caso, a contraparte é notificada pelo registrador para celebrar o título de transmissão da propriedade plena no prazo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

29

Prenotado o título perante o Registro de Imóveis, ele gozará de prioridade para registro em relação a títulos contraditórios durante o prazo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

30

Quando um título é prenotado no Registro de Imóveis envolvendo procedimentos de regularização fundiária de interesse social, o prazo da prioridade da prenotação é de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 40 dias.

31

No que tange ao ato notarial eletrônico, é incorreto afirmar que:

- (A) o notário pode realizar videoconferência por qualquer plataforma eletrônica segura ao praticar atos notariais eletrônicos.
- (B) se houver um ou mais imóveis de diferentes circunscrições no mesmo ato notarial, será competente para a prática de atos remotos o tabelião de quaisquer delas.
- (C) se o imóvel estiver situado no mesmo estado da federação federativo do domicílio do adquirente, este terá a faculdade de selecionar qualquer tabelionato de notas da unidade federativa em questão para a lavratura do ato.
- (D) compete ao tabelião de notas da circunscrição do imóvel ou do domicílio, de forma remota e com exclusividade, lavrar as escrituras eletronicamente, por meio do e-Notariado, com a realização de videoconferência e assinaturas digitais das partes.
- (E) O armazenamento da captura da imagem facial no cadastro das partes dispensa a coleta da respectiva impressão digital quando exigida.

32

- À luz da Lei n. 8.935/1994 (Lei de Notários e Registradores), assinale a alternativa correta.
- (A) É atribuição exclusiva dos registradores de títulos e documentos a autenticação de cópias.
- (B) Aos tabeliães de notas compete, com exclusividade, entre outras atividades, certificar o implemento ou a frustração de condições e outros elementos negociais.
- (C) É livre a escolha do tabelião de notas, independentemente do domicílio das partes ou do lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- (D) O tabelião de notas possui a prerrogativa de exercer os atos de sua competência fora do território municipal para o qual lhe foi conferida a delegação.
- (E) É imperativo que os tabeliães de notas se encarreguem de todas as diligências e providências necessárias ou oportunas para a preparação dos atos notariais, incluindo a solicitação dos elementos ou documentos pertinentes, podendo ônus serem maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

33

Artur se apresenta em um tabelionato de notas de uma Comarca no interior do Estado e, ao ser atendido, faz uma solicitação verbal para que seja realizado o apostilamento de seu diploma de conclusão de curso registrado no Brasil. O tabelião, por sua vez, informa que não poderá proceder com o ato, justificando-se pelos seguintes motivos:

- I – O tabelionato de notas não está cadastrado para a prestação do serviço de apostilamento, o que é facultativo nos serviços notariais e de registro localizados no interior do Estado.
- II – Mesmo que o tabelionato de notas prestasse o serviço de apostilamento, não procederia à solicitação sem que o interessado apresentasse um requerimento formal por escrito.
- III – O documento apresentado é de natureza particular e, portanto, não se presta à formalidade do apostilamento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

34

A guarda e a conservação dos livros de registro estão entre as preocupações da Lei de Registros Públicos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) É da conveniência do oficial a eventual retirada dos livros do cartório, sem necessidade de autorização judicial, desde que respeite a circunscrição estadual de sua delegação.
- (B) É da conveniência do oficial a eventual retirada dos livros do cartório, sem necessidade de autorização judicial, desde que respeite a circunscrição municipal de sua delegação.
- (C) Os registros serão escriturados, publicizados e conservados em meio eletrônico, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Os livros de registro, assim como quaisquer fichas que venham a substituí-los, são insuscetíveis de remoção do respetivo cartório.
- (E) Os livros de registro e suas fichas substitutivas não poderão ser retirados do cartório, salvo por motivo de força maior.

35

A Lei n. 7.433/1985 trata das escrituras públicas envolvendo imóveis. Sobre o tema, assinale a opção incorreta.

- (A) O Tabelião consignará no ato notarial a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão inter vivos, as certidões fiscais e as certidões de propriedade e de ônus reais, ficando dispensada sua transcrição.
- (B) Obriga-se o Tabelião a manter, em Cartório, os documentos e certidões necessários para lavratura de escrituras, seja na forma original ou por meio de cópias autenticadas.
- (C) Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, além dos documentos de identificação das partes, somente serão apresentados os documentos expressamente determinados nesta Lei.
- (D) Ficam dispensados, na escritura pública de imóveis urbanos, sua descrição e caracterização, desde que constem, estes elementos, da certidão do Cartório do Registro de Imóveis.
- (E) Na escritura pública de imóveis urbanos e rurais, a descrição e a caracterização do bem ficam dispensadas, desde que tais informações constem na certidão emitida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

36

- A desjudicialização é um fenômeno recente. Em relação à usucapião extrajudicial, é incorreto afirmar que:
- no procedimento de usucapião extrajudicial, a ata notarial será lavrada pelo tabelião de notas do município onde se situa o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele. Nesse contexto, cabe ao tabelião a formalização do ato, sem a obrigação de alertar o requerente ou as testemunhas de que a prestação de declaração falsa no referido instrumento configurará crime de falsidade, sujeito às penas da lei.
 - o tabelião de notas poderá comparecer ao imóvel usucapiendo para efetuar as diligências que se fizerem necessária à lavratura da ata notarial.
 - a ata notarial pode incluir, além de depoimentos testemunhais, imagens, documentos, sons gravados em arquivos eletrônicos, sendo vedado que se fundamentalmente apenas em declarações do requerente.
 - finalizada a lavratura da ata notarial, o tabelião deve cientificar o requerente e consignar no ato que a ata notarial não tem valor como confirmação ou estabelecimento de propriedade, servindo apenas para a instrução de requerimento extrajudicial de usucapião para processamento perante o registrador de imóveis.
 - no procedimento de usucapião extrajudicial, a ata notarial será lavrada pelo tabelião de notas do município onde se situa o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele, a quem caberá alertar o requerente e as testemunhas de que a prestação de declaração falsa no referido instrumento configurará crime de falsidade, sujeito às penas da lei.

37

- Sobre o Tabelionato de notas., assinale a alternativa correta.
- É vedado o fornecimento de certidões por meio do uso de cópias reprográficas para essa finalidade.
 - O requerimento para a lavratura da ata notarial, quando efetuado por um dos genitores ou pelo responsável legal, envolvendo dados pessoais de indivíduo com idade superior a 12 anos e inferior a 18 anos, será interpretado como consentimento específico e em destaque para o tratamento dos dados do jovem em questão.
 - Após o falecimento, a certidão de testamento poderá ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito.
 - Nos atos protocolares e nas escrituras públicas, será obrigatória a inserção da condição de pessoa exposta politicamente.
 - A certidão de testamento somente será disponibilizada àqueles que demonstrarem vínculo de parentesco com o testador, por meio da apresentação de documento público que ateste tal relação.

38

- O tabelião de notas tem um papel importante na sucessão *mortis causa*. Sobre o tema, é correto afirmar que:
- em qualquer caso, o testamento particular é inválido quando apresentar apenas assinatura digital da testadora, e não de próprio punho.
 - mostra-se possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado, desde que o testamento tenha sido previamente registrado judicialmente ou haja a expressa autorização do juízo competente.
 - a jurisprudência do STJ permite que, visando a preservação da última vontade do testador, seja possível flexibilizar certos requisitos formais no registro do testamento, como, por exemplo, a assinatura do tabelião ou de seu substituto legal, que é, portanto, dispensável para a validade do documento.
 - o testamento público pode ser realizado por maior de 16 e menor de 18 anos, desde que seja assistido por um dos genitores ou por seu representante legal.
 - a incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento.

39

- A proteção de dados pessoais também deve ocorrer no âmbito dos Cartórios de Notas. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.
- No ato notarial, o número de telefone dos sujeitos é dado obrigatório da sua qualificação.
 - A emissão e o fornecimento de certidão de ficha de firma e dos documentos depositados por ocasião de sua abertura somente poderão ser realizados a pedido do titular referido nos documentos, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais ou mediante decisão judicial.
 - O fornecimento de certidões para os solicitantes legitimados pode ocorrer por meio de cópia reprográfica.
 - No ato notarial, serão inseridos na qualificação dos sujeitos: o nome completo de todas as partes; o documento de identificação, ou, na sua falta, a filiação; o número de CPF; a nacionalidade; o estado civil; a existência de união estável; a profissão; e o domicílio, sendo dispensada a inserção de endereço eletrônico e de número de telefone.
 - A certidão de testamento somente poderá ser fornecida ao próprio testador ou mediante ordem judicial.

40

A propósito da escritura pública eletrônica, analise os seguintes requisitos:

- I – Videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico.
- II – Assinatura do tabelião de notas com a utilização de certificado digital ICP-Brasil.
- III – Uso de formatos de documentos de longa duração com assinatura digital.
- IV – Concordância expressada pelas partes com os termos do ato notarial eletrônico.
- V – Assinatura digital pelas partes, exclusivamente por meio do e-Notariado.

Considerando-se o tema e os requisitos citados, está correto os itens:

- (A) I, III, IV e V.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, II, III e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.

41

A delegação poderá ser extinta nos casos de:

- I – Aposentadoria compulsória.
- II – Aposentaria facultativa.
- III – Invalidez.
- IV – Renúncia.
- V – Decisão liminar em processo judicial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

42

A propósito da remuneração dos serviços notariais e de registro, analise os itens a seguir.

- I – Os notários e registradores, por estarem abrangidos no conceito de agentes públicos lato sensu, devem se sujeitar a ampla fiscalização.
- II – Os emolumentos recebidos pelas serventias têm natureza jurídica de taxa, o que também justifica a submissão ao regime de direito público.
- III – Ainda que não sejam servidores públicos, mas particulares atuando em colaboração com o Poder Público por meio de delegação, os notários e registradores sujeitam-se ao regime jurídico de direito público.
- IV – Embora os serviços notariais e de registro sejam realizados em caráter privado por delegação do poder público, não há descaracterização da natureza essencialmente estatal dessas atividades de índole administrativa e destinadas à garantia da publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- V – As receitas e despesas brutas das serventias extrajudiciais configuram dados pessoais a serem protegidos sob o argumento de garantir o direito ao sigilo e à privacidade.
- VI – A divulgação nominal da remuneração de servidores públicos em sítio eletrônico governamental na rede mundial de computadores configura lesão aos princípios constitucionais do direito à intimidade ou à vida privada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III, IV e VI.
- (C) II, III, IV, V e VI.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV, apenas.

43

A Constituição Federal de 1988 estabelece que as atividades notariais e de registro são desempenhadas de forma privada, mediante delegação conferida pelo Poder Público. Nesse cenário, pode-se afirmar que:

- (A) a transferência da execução do serviço público corre de um contrato administrativo de concessão.
- (B) a execução desses serviços é transferida por contrato administrativo unilateral.
- (C) a transferência da execução do serviço público corre de ato administrativo de outorga de delegação.
- (D) a transferência da execução do serviço público corre de lei em sentido formal.
- (E) a transferência da execução do serviço público corre de contrato administrativo de permissão.

44

- No que se refere à Ordem de Serviço nos Registros Públicos, é possível afirmar que:
- o registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.
 - o registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, excetuando-se apenas os feriados nacionais.
 - os títulos apresentados para exame e cálculo dos respectivos emolumentos devem ser devidamente apontados no Protocolo.
 - quando o interessado no registro for algum parente do oficial, o ato pode ser realizado, em qualquer caso, pelo próprio oficial, sem necessidade de substituto legal.
 - os atos de registro somente serão realizados mediante requerimento formal e escrito dos interessados, sendo inadmissível a solicitação em formato verbal.

45

- Assinale a alternativa incorreta sobre a administração e gestão de cartório.
- Os notários e os registradores são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
 - O atendimento ao público será, no mínimo, de cinco horas diárias.
 - Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
 - Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
 - O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.

46

- A propósito do Registro de Títulos e Documentos e à luz da Lei de Registros Públicos, assinale a alternativa incorreta.
- O documento de quitação ou de exoneração da obrigação constante do título registrado, quando apresentado em meio físico, deverá conter o reconhecimento de firma do credor.
 - O registro de títulos e documentos exigirá reconhecimento de firma, e caberá ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular.
 - Os registros de títulos e documentos independem de prévia distribuição.
 - Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.
 - Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros a cessão de direitos e de créditos, a reserva de domínio e a alienação fiduciária de bens móveis.

47

- A propósito dos livros do Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa correta.
- Livro A – indicador real, para matrícula de todos os bens móveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias, inclusive direitos e ônus incidentes sobre eles.
 - Livro B – para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.
 - Livro D – indicador real, para matrícula de todos os bens móveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias, inclusive direitos e ônus incidentes sobre eles.
 - Livro D – indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer com presteza as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
 - Livro D – para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.

48

Afonso, que integrava um dos polos de uma relação jurídica juntamente com outras partes, requereu, perante o Registro de Títulos e Documentos, o registro do contrato que fundamenta essa relação. Além disso, Pedro solicitou que, após a efetivação do registro, o oficial notificasse os demais interessados mencionados no título, bem como terceiros indicados, incluindo alguns residentes em outros Municípios que possuem Registros de Títulos e Documentos próprios. À luz das disposições da Lei n. 6.015/1973, pode-se afirmar que:

- (A) o oficial que recebeu o requerimento tem a incumbência de encaminhá-lo à central nacional de registros, a qual, por sua vez, deverá encaminhá-lo aos oficiais de Registro de Títulos e Documentos de cada circunscrição territorial competente.
- (B) Afonso deverá apresentar o referido requerimento aos Oficiais dos Registros de Títulos e Documentos das respectivas circunscrições territoriais, os quais terão a incumbência de proceder à averbação no livro de registro correspondente.
- (C) o oficial que recebeu o requerimento deve notificar exclusivamente os demais interessados mencionados no título, podendo, para tanto, solicitar aos oficiais dos Registros em outros Municípios as notificações pertinentes, ficando dispensada a notificação dos terceiros.
- (D) a competência do oficial do Registro de Títulos e Documentos se limita ao ato de registro, de modo que a notificação solicitada, de natureza extrajudicial, não deve ser realizada conforme o pedido de José, mas, sim, expediente autônomo.
- (E) o oficial destinatário do requerimento tem a obrigação de atendê-lo, podendo solicitar aos oficiais dos Registros em outras circunscrições municipais as notificações pertinentes.

49

Sobre o Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa que não corresponde a atos sujeitos a registro para surtir efeitos em relação a terceiros.

- (A) As cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado.
- (B) Os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.
- (C) O registro e à constituição de ônus e de gravames previstos em legislação específica.
- (D) A cessão de direitos e de créditos, a reserva de domínio e a alienação fiduciária de bens móveis.
- (E) Os instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento.

50

É correto afirmar que deve ser registrado no Registro de Títulos e Documentos o penhor:

- (A) rural.
- (B) industrial.
- (C) mercantil.
- (D) de veículos.
- (E) de direito.

51

Acerca do Tabelionato de Protestos, são títulos protestáveis, exceto:

- (A) certidão de dívida ativa.
- (B) duplicata.
- (C) crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel.
- (D) contribuição condominal no caso de condomínio edilício.
- (E) contrato por instrumento particular, ainda que sem testemunhas.

52

Em relação ao Tabelionato de Protesto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As duplicatas virtuais – emitidas e recebidas por meio magnético ou de gravação eletrônica – podem ser protestadas por mera indicação, de modo que a exibição do título não é imprescindível para o ajuizamento da execução judicial.
- (B) A duplicata sem aceite, desde que devidamente protestada e acompanhada do comprovante de entrega da mercadoria, é instrumento hábil a embasar a execução.
- (C) Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pagos os emolumentos e demais despesas.
- (D) Após a lavratura do protesto, facilita-se ao credor, ao devedor e ao tabelião ou ao responsável interino territorialmente competente pelo ato, por intermédio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, a qualquer tempo, propor medidas de incentivo à renegociação de dívidas protestadas e ainda não canceladas, podendo também ser concedido abatimento de emolumentos e demais acréscimos legais.
- (E) Pode-se efetuar o protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.

53

Acerca do Tabelionato de Protesto, não deverá constar do registro do protesto:

(A) data e número de protocolização.
 (B) nome do apresentante e endereço.
 (C) reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e declarações nele inseridas.
 (D) certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas.
 (E) o histórico de títulos protestados do mesmo devedor.

54

Assinale a alternativa que não abrange atribuição do tabelião de notas.

(A) Atuar como conciliador.
 (B) Certificar o implemento ou a frustração de condições e outros elementos negociais, respeitada a competência própria dos tabeliões de protesto.
 (C) O preço do negócio ou os valores conexos poderão ser recebidos ou consignados por meio do tabelião de notas, que repassará o montante à parte devida ao constatar a ocorrência ou a frustração das condições negociais aplicáveis, não podendo o depósito feito em conta vinculada ao negócio, nos termos de convênio firmado entre a entidade de classe de âmbito nacional e instituição financeira credenciada, que constituirá patrimônio segregado, ser constrito por autoridade judicial ou fiscal em razão de obrigação do depositante, de qualquer parte ou do tabelião de notas, por motivo estranho ao próprio negócio.
 (D) A pedido dos interessados, comunicar ao juiz da vara ou ao tribunal, conforme o caso, a existência de negociação em curso entre o credor atual de precatório ou de crédito reconhecido em sentença transitada em julgado e terceiro, o que constará das informações ou consultas que o juízo emitir, consideradas ineficazes as cessões realizadas para pessoas não identificadas na comunicação notarial se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento desta pelo juízo, for lavrada a respectiva escritura pública de cessão de crédito.
 (E) Lavrar escrituras públicas de divórcio e de guarda de filho menor do casal, desde que haja consenso dos cônjuges e aprovação do Ministério Público.

55

Acerca do procedimento de execução extrajudicial de crédito garantida por hipoteca, a formalização da transferência do imóvel ao arrematante do leilão ocorrerá por meio de registro, na matrícula, de:

(A) certidão de arrematação expedida pelo leiloeiro público.
 (B) de atesto, pelo registrador de imóveis, da concretização do leilão.
 (C) declaração do credor.
 (D) ata notarial de arrematação.
 (E) escritura pública de arrematação.

56

Assinale a alternativa que não indica uma atribuição do tabelionato de notas.

(A) Realizar mediador.
 (B) Viabilizar conta-garantia sujeita a patrimônio de afeição (*escrow account*).
 (C) Lavrar ata notarial certificando o implemento de uma condição, a qual serve como título apto a ingresso no Registro de Imóveis.
 (D) Prestar serviços remunerados mediante convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas.
 (E) Lavrar instrumentos particulares.

57

Assinale a alternativa que apresenta um documento obrigatório para o pedido extrajudicial de usucapião extrajudicial.

(A) Ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias.
 (B) Declaração, de próprio punho, atestando o tempo de posse.
 (C) Laudo de inspeção presencial do próprio registrador no local do imóvel, atestando o tempo de posse.
 (D) Escritura pública declaratória, indicando o tempo de posse.
 (E) Planta e memorial descritivo assinado por qualquer profissional, sem necessidade de qualquer certificação de órgão de fiscalização profissional.

58

Em relação aos atos notariais eletrônicos, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a escolha do tabelião que lavrará a escritura pública eletrônica, ainda que se trate de alienação de imóveis, independentemente do domicílio das partes ou do local do imóvel.
- (B) No caso de ato notarial eletrônica, é dispensada a realização de videoconferência com as partes, caso estas tenham manifestado a vontade por meio de assinatura eletrônica.
- (C) A assinatura eletrônica admitida para as partes assinarem atos notariais eletrônicos só pode ser aquela com certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil.
- (D) É facultada a utilização, para a realização da videoconferência pelo notário, da plataforma e-Notariado ou qualquer outra que seja possível a gravação e o armazenamento dos dados, desde que obedecidos aos requisitos tecnológicos determinados na legislação própria.
- (E) Ao tabelião de notas da circunscrição do imóvel ou do domicílio do adquirente compete, de forma remota e com exclusividade, lavrar as escrituras eletronicamente, por meio do e-Notariado, com a realização de videoconferência e assinaturas digitais das partes.

59

Em relação ao Tabelionato de Protesto, à luz da Lei n. 9.492/1997, é correto afirmar que o prazo para a lavratura do protesto é de:

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 30 dias.

60

Com relação ao regime disciplinar dos notários e registradores, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre as punições aplicáveis aos tabeliões e aos registradores por infração disciplinar, está a suspensão por noventa dias, prorrogáveis por mais trinta.
- (B) O notário e o registrador não é um profissional do direito.
- (C) A delegação do serviço notarial e registral pode ser outorgada a uma pessoa jurídica, desde que mediante licitação.
- (D) É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- (E) No exercício das atividades notariais e de registro, e de acordo com a Lei Federal n. 8.935/1994, é correto afirmar: os notários e registradores estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às penas de advertência; repreensão; multa; suspensão por cento e vinte dias, prorrogáveis por mais trinta; e perda da delegação.

Direito Constitucional

Weslei Machado

61

Durante um julgamento de feminicídio no Município Alphá, a defesa do acusado argumentou que ele agiu em “legítima defesa da honra”, alegando que a sua ação foi uma resposta à suposta infidelidade da vítima. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre a admissibilidade da “legítima defesa da honra” como defesa em casos de feminicídio.

- (A) A “legítima defesa da honra” é admissível, pois faz parte da plenitude de defesa garantida pelo sistema jurídico brasileiro, permitindo ao acusado argumentar com base em todos os aspectos possíveis.
- (B) A “legítima defesa da honra” é inadmissível e considerada inconstitucional, pois fere diretamente os princípios da igualdade de gênero e da dignidade da pessoa humana, conforme estabelecido pelo STF.
- (C) A defesa pode usar a “legítima defesa da honra” desde que comprove a alegação de infidelidade por parte da vítima, pois este fator poderia mitigar a culpabilidade do réu.
- (D) A decisão do STF sobre a “legítima defesa da honra” não se aplica a todos os tribunais, sendo uma recomendação que pode ser interpretada de acordo com as circunstâncias do caso.
- (E) Enquanto a defesa tem o direito de argumentar a “legítima defesa da honra”, a decisão final sobre sua admissibilidade cabe exclusivamente ao júri, independentemente das diretrizes do STF.

62

Um contribuinte deseja obter informações detalhadas sobre os pagamentos de tributos que realizou nos últimos cinco anos. Para acessar essas informações, que estão sob a custódia da Receita Federal do Brasil, ele considera a impetração de um *habeas data*. Baseando-se no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que apresenta a medida mais apropriada para o contribuinte acessar esses dados.

- (A) Impetrar um *habeas corpus*, pois esse instrumento garante o acesso a informações pessoais protegidas por sigilo.
- (B) Solicitar as informações diretamente à Receita Federal sem necessidade de qualquer medida judicial, pois essas informações são de acesso público.
- (C) Impetrar um *habeas data*, pois é o instrumento constitucionalmente adequado para assegurar o conhecimento de informações relativas ao pagamento de tributos pelo próprio contribuinte.
- (D) Solicitar um mandado de segurança, pois o *habeas data* não é adequado para acessar informações sobre pagamento de tributos.
- (E) Entrar com uma ação civil pública, pois essa medida permitiria ao contribuinte acessar não apenas suas informações tributárias, mas também as de outros contribuintes em situações semelhantes.

63

O Estado X, buscando incentivar a resolução de litígios tributários de forma mais célere, promulgou uma lei que estabelece um percentual fixo de honorários de sucumbência para procuradores estaduais, calculado sobre os valores arrecadados em execuções fiscais e ações tributárias que forem parceladas pelos contribuintes. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A norma é constitucional, pois os Estados têm competência para legislar sobre organização judiciária e procedimentos em matéria processual, incluindo a fixação de honorários de sucumbência.
- (B) A norma é constitucional, pois trata-se de uma questão administrativa interna dos Estados, que não interfere na competência legislativa federal.
- (C) A norma é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre direito processual, conforme estabelecido no art. 22, I, da Constituição Federal.
- (D) A norma é inconstitucional, pois apenas o Supremo Tribunal Federal pode fixar percentuais de honorários de sucumbência através de súmulas vinculantes.
- (E) A norma é constitucional, pois está de acordo com as diretrizes nacionais sobre administração pública e eficiência fiscal estabelecidas pelo Senado Federal.

64

No Estado Beta, após controvérsias acerca da gestão municipal em uma de suas cidades, surgiu um debate sobre a possibilidade de intervenção estadual baseada na suposta violação de princípios constitucionais sensíveis por parte do governo municipal. O governo estadual sustenta que, apesar da sua Constituição estadual não reproduzir literalmente todos os princípios sensíveis listados no art. 34, VII, da Constituição Federal, ainda assim possui autoridade para intervir com base nesses princípios. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A intervenção estadual é ilegítima, pois cada Estado deve reproduzir literalmente na sua Constituição estadual todos os princípios sensíveis da Constituição Federal para que possam intervir em seus Municípios.
- (B) A intervenção estadual é legítima, mesmo que os princípios sensíveis não estejam literalmente reproduzidos na Constituição estadual, pois a observância desses princípios é obrigatória e independe de sua transcrição textual.
- (C) A intervenção é legítima apenas se a Constituição estadual estabelecer critérios adicionais específicos para a intervenção, além dos princípios constitucionais sensíveis da Constituição Federal.

(D) A intervenção só é legítima se houver prévia consulta ao Supremo Tribunal Federal para confirmar que a violação aos princípios constitucionais sensíveis justifica tal medida.

(E) A intervenção estadual é inconstitucional, pois o art. 34, VII, da Constituição Federal, permite apenas a intervenção federal em Estados, e não de Estados em seus Municípios.

65

Em decorrência da promulgação da Lei Municipal n. 9.001/2023 pelo Município Gamma, que estabelece novos procedimentos para agendamento e cancelamento de consultas médicas, exames e procedimentos no âmbito dos serviços públicos de saúde locais, surgiram questionamentos sobre a sua constitucionalidade. A lei foi contestada por supostamente criar despesas sem a iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre a constitucionalidade da Lei Municipal n. 9.001/2023.

- (A) A lei é inconstitucional, pois toda legislação que cria despesa deve ser de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme determina a Constituição Federal.
- (B) A lei é constitucional, pois a atribuição de encargos ao Poder Público municipal para a concretização do direito à saúde, mesmo que implique despesas adicionais, não viola a separação de poderes se não interferir na estrutura ou atribuições dos órgãos públicos.
- (C) A lei é inconstitucional, pois a criação de despesas adicionais por uma lei de iniciativa parlamentar sempre requer prévia análise e aprovação do Chefe do Poder Executivo.
- (D) A lei é constitucional apenas se não houver aumento no orçamento público destinado à saúde, mantendo-se dentro dos limites financeiros previamente estabelecidos para o exercício fiscal.
- (E) A lei é inconstitucional, pois o Supremo Tribunal Federal determina que todas as normas que envolvem saúde devem ser propostas exclusivamente pelo Executivo para garantir a eficiência administrativa.

66

Após uma série de debates sobre a eficiência administrativa, o Governo do Estado Beta promulgou um decreto que visava à reestruturação da administração pública estadual. Este decreto transformou diversas funções de confiança existentes em cargos comissionados, com o objetivo de flexibilizar a gestão e adequar os postos à nova política de governança pública. Entretanto, uma ação direta de inconstitucionalidade foi ajuizada sob o argumento de que o decreto violava a Constituição Federal. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que indica como deve ser avaliada a constitucionalidade desse decreto.

- (A) O decreto é constitucional, pois o chefe do Executivo possui ampla discricionariedade para organizar a administração pública conforme julgar necessário, incluindo a transformação de funções de confiança em cargos comissionados.
- (B) O decreto é inconstitucional, pois a transformação de funções de confiança em cargos comissionados ou vice-versa deve observar o princípio da reserva legal, não podendo ser realizado por meio de decreto.
- (C) O decreto é constitucional desde que a transformação de funções de confiança em cargos comissionados não implique aumento de despesas ou criação de novas funções.
- (D) O decreto é inconstitucional apenas se resultar em aumento da despesa pública sem prévia autorização legislativa, o que não é abordado pelo decreto em questão.
- (E) O decreto é constitucional se estiver alinhado com os princípios de eficiência administrativa, mesmo que implique a transformação de funções de confiança em cargos comissionados.

67

No Estado de Liberdade, um grupo de advogados contestou a resolução do Tribunal de Justiça que, seguindo determinação do Conselho Nacional de Justiça, estabeleceu que a representação por advogado ou defensor público nos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) é facultativa. Os advogados argumentam que isso diminui a qualidade jurídica das soluções de conflitos e pode afetar os direitos dos cidadãos. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que indica qual deve ser o resultado da contestação dos advogados.

- (A) A pretensão deve ser julgada improcedente, pois o STF validou a facultatividade da representação por advogados nos CEJUSCs como uma medida que está em conformidade com o princípio da eficiência.
- (B) A pretensão deve ser julgada procedente, pois a presença de advogados é essencial para a adequada representação em processos de conciliação e mediação.

(C) A pretensão deve ser julgada procedente, pois a resolução viola o princípio do acesso à justiça ao permitir que cidadãos estejam desacompanhados por profissionais jurídicos em procedimentos legais.

(D) A pretensão deve ser julgada improcedente, já que a resolução apenas recomenda, mas não obriga, os tribunais a dispensarem a presença de advogados nos CEJUSCs.

(E) A pretensão deve ser julgada procedente, porque a Constituição exige a representação legal por advogados em todas as instâncias judiciais, incluindo as de mediação e conciliação.

68

No Estado de Nova Esperança, uma associação de consumidores, não listada entre os legitimados do art. 103 da Constituição, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra uma lei estadual que, segundo alegam, viola princípios constitucionais. A lei questionada institui taxas consideradas abusivas para serviços públicos essenciais. Durante o processo, surge a questão sobre a inclusão de uma empresa privada, concessionária dos serviços, no polo passivo da ADI. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que indica como deve ser decidida a questão da inclusão da empresa privada no processo.

- (A) A inclusão da empresa privada deve ser permitida, pois ela é diretamente afetada pela lei e suas operações podem ser inconstitucionais.
- (B) A inclusão da empresa privada é obrigatória, uma vez que a lei impugnada impacta diretamente as suas atividades, sendo parte necessária para a resolução da ADI.
- (C) A empresa privada pode ser incluída no processo, uma vez que a lei questionada regula diretamente suas atividades, fazendo com que a sua participação seja essencial para o julgamento.
- (D) A empresa privada deve ser admitida como *amicus curiae*, permitindo sua participação no processo sem que figure como parte no polo passivo.
- (E) A inclusão da empresa privada é inadmissível, pois o processo de ADI possui caráter objetivo e não se destina a discutir situações individuais ou interesses de entidades privadas.

69

Durante o julgamento de um recurso extraordinário originado de um processo criminal estadual, houve discordância sobre a legitimidade do Ministério Público do Estado de Alvorada para atuar no Supremo Tribunal Federal. A defesa argumenta que somente o Ministério Público Federal deveria atuar em tais casos. Considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa que indica a postura correta quanto à atuação do Ministério Público do Estado em recursos perante o STF.

- (A) O Ministério Público do Estado não possui legitimidade para atuar em recursos perante o STF, sendo essa competência exclusiva do Ministério Público Federal.
- (B) O Ministério Público do Estado tem legitimidade para atuar em recursos perante o STF apenas se houver prévia autorização do Ministério Público Federal.
- (C) O Ministério Público do Estado somente pode atuar no STF em recursos extraordinários se o assunto discutido for de interesse nacional.
- (D) O Ministério Público do Estado possui legitimidade para propor e atuar em recursos no STF em casos oriundos de processos de sua atribuição, sem necessidade de intervenção do MPF.
- (E) O Ministério Público do Estado pode atuar no STF desde que o recurso não envolva questões constitucionais, que são de competência exclusiva do Ministério Público Federal.

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

70

Considerando a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da delegação do poder de polícia às pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) O STF consolidou o entendimento de que todas as fases do poder de polícia podem ser delegadas a empresas públicas e sociedades de economia mista que prestem serviços públicos em regime concorrencial.
- (B) O entendimento do STF ampliou a posição do STJ, permitindo a delegação do poder de polícia às entidades privadas que atuem em qualquer setor econômico, independentemente da sua finalidade.
- (C) O Supremo Tribunal Federal admitiu a delegação das fases de consentimento, fiscalização e sanção do poder de polícia a empresas públicas e sociedades de economia mista que prestem serviço público exclusivo do Estado e sem concorrência.
- (D) De acordo com o STF, a fase da ordem de polícia pode ser delegada a empresas públicas e sociedades de economia mista desde que essas entidades possuam capital social majoritariamente público.
- (E) O STF declarou inconstitucional qualquer forma de delegação do poder de polícia a entidades privadas, incluindo aquelas pertencentes à Administração Indireta com capital majoritariamente público.

71

Com relação aos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços notariais e de registro possuem caráter privado, não sendo considerados serviços públicos.
- (B) Os delegatários dos serviços notariais e de registro são servidores públicos e integram a estrutura administrativa do Estado.
- (C) A delegação dos serviços notariais e de registro ocorre mediante contrato administrativo, sendo possível a sua rescisão unilateral pelo Poder Público.
- (D) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, conforme disposto no art. 236 da Constituição Federal.
- (E) O exercício dos serviços notariais e de registro pode ser concedido sem necessidade de concurso público, desde que haja relevante interesse social.

72

Sobre a responsabilidade civil do Estado e do delegatário de serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes, conforme o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, em todo e qualquer caso.
- (B) Os delegatários de serviços públicos respondem sempre subjetivamente pelos danos causados a terceiros, cabendo ao Estado a responsabilidade solidária em qualquer hipótese.
- (C) A responsabilidade civil do Estado em concessões e permissões de serviço público é objetiva, conforme estabelece o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, estendendo-se às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (D) Em 2020, o STF, ao julgar o Recurso Extraordinário n. 842.846/SC (Tema 777), decidiu que o Estado é subjetivamente responsável pelos atos dos tabeliões e registradores oficiais que causem danos a terceiros no exercício de suas funções.
- (E) A responsabilidade do Estado pelos atos de concessionários e permissionários é sempre subjetiva, necessitando da comprovação de dolo ou culpa.

73

Sobre a Lei n. 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole), analise os itens a seguir.

- I – A região metropolitana instituída mediante lei complementar estadual que não atenda o disposto no inciso VII do *caput* do art. 2º desta Lei será enquadrada como aglomeração urbana para efeito das políticas públicas a cargo do Governo Federal, independentemente de as ações nesse sentido envolverem ou não transferência de recursos financeiros.
- II – A União manterá ações voltadas à integração entre cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países, em relação à mobilidade urbana, como previsto na Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a outras políticas públicas afetas ao desenvolvimento urbano.
- III – A União apoiará as iniciativas dos Estados e dos Municípios voltadas à governança interfederativa e promoverá a instituição de um sistema nacional de informações urbanas e metropolitanas, observadas as diretrizes do plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis orçamentárias anuais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) nenhum item.

Direito Tributário

Renato Grilo

74

Avalie o seguinte contexto para julgar, dentre os itens abaixo, o que está incorreto.

O parlamento extinguiu um tributo do ordenamento jurídico (Lei revogadora "Y", em data "X"). No dia seguinte ao que foi extinto o tributo (dia seguinte à data "X"), um contribuinte obteve decisão administrativa favorável, anulando por vício formal o lançamento tributário em relação à constituição de crédito relativo ao tributo que foi excluído.

- (A) A lei que extinguiu o tributo não extinguiu o crédito tributário em relação ao contribuinte.
- (B) Desde que não tenha ocorrido a decadência, poderá haver um novo lançamento tributário em relação ao contribuinte, sendo corrigido o vício que determinou a anulação do antigo lançamento.
- (C) A lei revogadora representa tecnicamente a exclusão do crédito tributário, bloqueando uma nova constituição em face do contribuinte que obteve decisão administrativa favorável.
- (D) No CTN, a superveniência de nova lei extintiva do tributo é causa expressa de extinção do crédito tributário.
- (E) A decadência extingue o crédito tributário e é o aspecto fundamental a ser considerado, dentro do contexto descrito no enunciado.

75

O Sistema Tributário Nacional contém princípios nucleares que balizam a tributação. A esse respeito, considere o seguinte contexto:

Um governador de Estado propôs projeto de lei ordinária (PLO) criando tributo da espécie "taxa", cujo valor previsto de cobrança não considerou nenhuma diferença de tratamento relativo à capacidade econômica dos contribuintes.

Esse PLO vulnera o princípio tributário:

- (A) da anterioridade clássica ou de exercício.
- (B) da noventena ou anterioridade nonagésima.
- (C) da legalidade tributária estrita.
- (D) do tratamento isonômico formal.
- (E) da capacidade contributiva.

76

O CTN prevê a possibilidade de concessão de favor fiscal, chamado de isenção, com base em critérios específicos e no atendimento de condições específica, atribuído o benefício por prazo determinado. Acerca desse tema, marque a alternativa **incorrecta**.

- (A) O CTN prevê a anistia e a isenção como únicas hipóteses de exclusão do crédito tributário.
- (B) A isenção descrita se chama "isenção onerosa".
- (C) A isenção está correlacionada às obrigações principais cujo respectivo objeto seja o tributo.
- (D) Uma penalidade pecuniária de natureza tributária pode ser tecnicamente excluída pela anistia.
- (E) A isenção onerosa cessa mesmo que o beneficiário tenha atendido aos requisitos da lei, nos termos do CTN.

77

O Código Tributário Nacional (CTN) prevê algumas garantias e privilégios do crédito tributário. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A previsão expressa das garantias do crédito tributário pelo CTN não exclui outras previstas em lei esparsas, conforme a natureza ou características do tributo.
- (B) O crédito tributário é alcançado, em sua essência, pela natureza das garantias que lhe são atribuídas pelo CTN.
- (C) A natureza das garantias atribuídas pelo CTN atinge a obrigação tributária subjacente ao respectivo crédito garantido.
- (D) A alienação ou oneração de bens por um devedor da Fazenda Pública, já a partir do momento em que o crédito tributário está provisoriamente constituído, é considerada fraudulenta.
- (E) Com exceção dos bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, todos os bens e rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida respondem pelo pagamento do crédito tributário, sem prejuízo dos privilégios especiais previstos em lei.

Direito Processual Civil**Lídia Marangon****78**

De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, em relação à capacidade processual, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda pessoa que se encontra no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- (B) O incapaz pode ser representado em juízo por seus avós, com base no que diz expressamente o CPC.
- (C) A nomeação de curador especial é obrigatória para todos os réus revéis.
- (D) O juiz pode nomear curador especial ao incapaz somente se não houver representante legal.
- (E) O Ministério Pùblico é a instituição responsável pela curatela especial, sendo imprescindível sua atuação em todos os casos.

79

Considerando as disposições do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta em relação à interposição e efeitos dos recursos.

- (A) O recurso interposto por um litisconsorte não aprofunda aos demais, independentemente da natureza dos interesses.
- (B) A renúncia ao direito de recorrer não exige aceitação da parte contrária.
- (C) Ainda que a parte aceite a decisão de forma tácita, poderá recorrer em seguida.
- (D) Ainda que os autos sejam eletrônicos, é indispensável o recolhimento do porte de remessa e de retorno.
- (E) O equívoco no preenchimento da guia de custas implicará a imediata aplicação da pena de deserção.

Direito Civil**Cristiny Rocha****80**

Lucas e Marina, ambos brasileiros, casaram-se na França, onde residiam há cinco anos. Durante o período no exterior, tiveram um filho, também registrado na França. Após alguns anos, decidiram se separar de forma amigável e buscaram a formalização do divórcio. Como não possuem filhos menores ou incapazes e já acordaram a divisão de bens e pensão alimentícia, pretendem realizar o divórcio de forma extrajudicial.

Diante da situação apresentada e com base na LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas e Marina não podem formalizar o divórcio no Consulado Brasileiro na França, pois a dissolução do casamento no exterior deve ser feita exclusivamente pelas autoridades do país onde ocorreu a união.

(B) O divórcio pode ser realizado no Consulado Brasileiro, desde que sejam atendidos os requisitos legais, incluindo a inexistência de filhos menores ou incapazes e a assistência de advogado.

- (C) O Consulado Brasileiro tem competência apenas para o registro de nascimento e óbito de filhos de brasileiros nascidos no exterior, não podendo formalizar o casamento ou o divórcio de brasileiros residentes fora do país.
- (D) O divórcio extrajudicial de Lucas e Marina só poderia ser realizado no Brasil, por meio de escritura pública em cartório, sendo vedada a sua realização por autoridades consulares no exterior.
- (E) A separação e o divórcio extrajudicial de brasileiros no exterior devem ser homologados diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sem necessidade de procedimento perante o Consulado Brasileiro.

81

Rodrigo é um renomado colecionador de antiguidades e possui um acervo extenso de moedas raras, adquiridas ao longo de décadas. Cada uma dessas moedas possui valor histórico e econômico próprio, podendo ser negociada individualmente. No entanto, Rodrigo mantém esse conjunto como uma coleção unificada, sendo reconhecida como um dos mais importantes acervos numismáticos do país. Além disso, ele é proprietário de uma empresa de antiquário, na qual possui contratos, direitos e obrigações relacionados ao seu negócio.

Com base na situação descrita e nas regras do Código Civil sobre bens singulares e universais, assinale a alternativa correta.

- (A) As moedas raras, por possuírem destinação unitária dentro da coleção de Rodrigo, constituem uma universalidade de direito.
- (B) Cada moeda da coleção de Rodrigo é considerada um bem singular, pois, ainda que reunidas, podem ser tratadas individualmente.
- (C) O conjunto de moedas raras do colecionador não pode ser considerado uma universalidade, pois os bens que o compõem possuem valor independente e podem ser negociados separadamente.
- (D) Os contratos, direitos e obrigações da empresa de antiquário de Rodrigo constituem uma universalidade de fato.
- (E) O Código Civil não distingue os conceitos de bens singulares e universalidades, tratando todo o patrimônio de uma pessoa como um conjunto indivisível de relações jurídicas.

82

(FGV/CÁLCULO DE PRAZOS NO CÓDIGO CIVIL) Carlos e Fernanda assinaram um contrato no dia 1º de março de 2024, prevendo que Fernanda deveria realizar o pagamento do valor acordado em 3 meses. O contrato não estabeleceu regra específica sobre a contagem de prazos. No entanto, ao verificar o vencimento da obrigação, Fernanda percebeu que o dia correspondente ao prazo caía em um sábado, dia em que os bancos não realizam compensação de pagamentos.

Diante da situação e com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O vencimento ocorre no 1º de junho de 2024, independentemente do dia da semana, pois os prazos contratuais seguem a contagem civil e não se prorrogam em razão de finais de semana.
- (B) O prazo se encerra no dia 31 de maio de 2024, pois o Código Civil determina que os prazos contados por meses expiram no dia de igual número do de início, salvo previsão expressa em contrário.
- (C) Como o vencimento cai em um sábado, o prazo será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, ou seja, 3 de junho de 2024 (segunda-feira).
- (D) O prazo deveria ser contado de acordo com as regras do Código de Processo Civil, que determinam a exclusão do dia do começo e a inclusão do dia do vencimento, expirando em 30 de maio de 2024.
- (E) Se o prazo tivesse sido fixado por horas, a contagem deveria ser feita minuto a minuto, conforme determina o Código Civil, o que levaria ao vencimento no exato momento da assinatura do contrato no dia 1º de junho de 2024.

83

(FGV/DIREITO REAL DE HABITAÇÃO – QUESTÃO AVANÇADA) Carlos e Ana são irmãos e, após o falecimento de seu pai, receberam uma casa em comum por meio da sucessão. De acordo com a vontade do falecido, foi estipulado que ambos teriam direito real de habitação sobre o imóvel, ou seja, poderiam residir na casa, sem a necessidade de pagar aluguel, enquanto estivessem vivos e a utilizassem com suas respectivas famílias.

Algum tempo depois, Carlos, que se mudou para outra cidade por questões profissionais, começou a considerar a possibilidade de alugar a casa, pois não pretendia mais usá-la. Ana, por outro lado, continuava a residir na casa com sua família.

Diante do exposto e com base nos arts. 1.414, 1.415 e 1.416 do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos, por ser coproprietário do imóvel, pode alugar a casa, desde que Ana concorde, dividindo os lucros provenientes do aluguel entre ambos.

- (B) Como o direito real de habitação é indivisível e garantido pela lei, Carlos não pode alugar a casa, mas poderia transferir a sua parte da propriedade a terceiros, permitindo que alguém utilize o imóvel, desde que o contrato de locação seja aprovado por Ana.
- (C) Carlos está proibido de alugar a casa, pois o direito real de habitação lhe confere apenas o direito de ocupar o imóvel com sua família, sendo vedada qualquer forma de locação, empréstimo ou cessão do imóvel a terceiros, independentemente da sua vontade ou da de Ana.
- (D) Caso Carlos decida alugar a casa, ele não precisará de anuência de Ana, já que a disposição testamentária permite que cada um dos coproprietários use o imóvel da maneira que preferir.
- (E) Carlos pode alugar a casa, pois, sendo o titular do direito real de habitação, ele tem a faculdade de alugá-la para terceiros, desde que o valor do aluguel seja compartilhado com Ana, visto que ambos têm direito ao usufruto do imóvel.

84

Sobre prescrição e decadência, analise os casos a seguir.

Caso 1 – Um hospedeiro em um estabelecimento de hospedagem deseja cobrar o valor de uma hospedagem que prestou ao cliente há 6 meses. Qual o prazo de prescrição para essa cobrança?

Caso 2 – João é acionista de uma sociedade anônima e deseja reivindicar os lucros recebidos de forma indevida por outro acionista, no ano de 2022. O prazo de prescrição para esse tipo de pretensão é contado a partir de quando?

Caso 3 – Mariana, uma professora, não recebeu os honorários devidos pelo seu trabalho de 2 anos atrás. Qual é o prazo para que ela possa reivindicar o pagamento dos seus honorários?

Caso 4 – Uma vítima de acidente de trânsito, com seguro de responsabilidade civil, decide ingressar com ação contra a seguradora para que ela arque com os danos. O prazo de prescrição dessa pretensão, de acordo com o Código Civil, começa a contar de quando?

Caso 5 – José, um credor, quer cobrar uma dívida líquida constante de um instrumento particular, referente a um contrato firmado há 4 anos. Qual o prazo de prescrição para a cobrança dessa dívida?

Assinale a alternativa que indica os prazos prescricionais adequados a cada caso.

- (A) Caso 1 – 1 ano; Caso 2 – 3 anos; Caso 3 – 5 anos; Caso 4 – 3 anos; e, Caso 5 – 5 anos.
- (B) Caso 1 – 3 anos; Caso 2 – 5 anos; Caso 3 – 2 anos; Caso 4 – 1 ano; e, Caso 5 – 3 anos.
- (C) Caso 1 – 1 ano; Caso 2 – 5 anos; Caso 3 – 5 anos; Caso 4 – 3 anos; e, Caso 5 – 5 anos.
- (D) Caso 1 – 5 anos; Caso 2 – 2 anos; Caso 3 – 3 anos; Caso 4 – 3 anos; e, Caso 5 – 2 anos.
- (E) Caso 1 – 2 anos; Caso 2 – 4 anos; Caso 3 – 3 anos; Caso 4 – 1 ano; e, Caso 5 – 3 anos.

85

Paulo firmou um contrato com Marcos, no qual se comprometeu a vender um carro específico para ele, incluindo todos os acessórios originais. O carro foi entregue com todos os acessórios mencionados no contrato. No entanto, antes de Marcos tomar posse do veículo, o carro sofreu um acidente sem culpa de Paulo e ficou irreparável. Marcos, então, questiona Paulo sobre o cumprimento da obrigação.

Com base nos arts. 233 a 235 do Código Civil Brasileiro, analise as afirmações a seguir.

- 1) A obrigação de Paulo de entregar o carro com todos os acessórios, ainda que não mencionados expressamente no contrato, abrange todos os acessórios que fazem parte do veículo.
- 2) Se o carro fosse perdido sem culpa de Paulo, antes de ser entregue a Marcos, a obrigação de Paulo estaria automaticamente resolvida, sem que houvesse responsabilidade de ambos.
- 3) Se a perda do carro fosse causada por culpa de Paulo, ele responderia pelo equivalente ao carro perdido, acrescido de perdas e danos, mesmo que Marcos tivesse ficado com a posse do carro antes do acidente.
- 4) Caso o carro fosse deteriorado e Paulo não fosse culpado, Marcos teria a opção de resolver a obrigação ou aceitar o carro com um abatimento no valor correspondente à deterioração.

Está correto o que se afirma em:

- (A) 1, 2, 3 e 4.
- (B) 1, 2 e 4.
- (C) 1 e 3, apenas.
- (D) 2 e 4, apenas.
- (E) 4, apenas.

86

Após o falecimento de Roberto, o processo de inventário foi iniciado e a partilha dos bens foi realizada entre seus herdeiros, sendo eles seus dois filhos, Ana e Carlos. No entanto, após a realização da partilha, Carlos percebeu que alguns bens não haviam sido corretamente avaliados e ele não havia sido adequadamente informado sobre a divisão do patrimônio. Carlos alegou que houve vícios na partilha e decidiu buscar a anulação do ato. Considerando as disposições do Código Civil, assinale a alternativa que indica o prazo que Carlos possui para anular a partilha.

- (A) Carlos possui o prazo de cinco anos para anular a partilha, conforme o Código Civil.
- (B) Carlos pode anular a partilha a qualquer tempo, não havendo prazo específico para isso.
- (C) Carlos tem o prazo de um ano para anular a partilha, a contar da data em que a partilha foi realizada.

- (D) O prazo para anular a partilha é de três anos, contados a partir da data em que Carlos tomou ciência do vício.
- (E) Carlos não pode anular a partilha, pois ela é um ato definitivo que não admite impugnação.

87

Maria e João são casados há 15 anos sob o regime da comunhão parcial de bens. Durante esse período, o casal teve dois filhos, e Maria passou a utilizar o sobrenome de João. No entanto, após diversas divergências no relacionamento, Maria ingressou com a ação de separação judicial e, no decorrer do processo, ficou claro que João foi o cônjuge culpado pelas causas da separação. Maria, então, solicitou judicialmente a perda do direito de João de continuar utilizando seu sobrenome após a dissolução do casamento, fundamentando seu pedido no fato de que não haveria mais vínculo entre eles e que a alteração do sobrenome era necessária para a sua identidade pessoal.

A decisão judicial foi favorável a Maria, determinando que João perderia o direito de manter o sobrenome de Maria, uma vez que ela expressamente fez o pedido. No entanto, João argumentou que a mudança em seu nome causaria um prejuízo significativo, pois ele não teria mais uma identificação clara para seus contatos profissionais e poderia gerar confusão com seus filhos, que mantiveram o sobrenome de Maria.

Considerando os artigos do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta em relação à perda do sobrenome de João.

- (A) João pode manter o sobrenome de Maria sem a necessidade de demonstrar prejuízo, uma vez que o cônjuge culpado em uma separação judicial não perde automaticamente o direito de usar o sobrenome.
- (B) Maria, como cônjuge inocente, pode solicitar que João perca o direito de usar seu sobrenome, mas apenas se a mudança não prejudicar sua identificação ou gerar distinção entre o nome dela e o dos filhos.
- (C) O cônjuge culpado em uma separação judicial perde automaticamente o direito de usar o sobrenome do outro, sem que haja necessidade de um pedido expresso do cônjuge inocente.
- (D) João tem direito de manter o sobrenome de Maria, pois a perda do sobrenome não é permitida quando a alteração acarretar confusão com o nome dos filhos ou prejudicar a sua identificação.
- (E) Maria não pode pedir judicialmente que João perca o direito de usar seu sobrenome, pois essa decisão depende do consentimento do cônjuge culpado na separação.

88

João contratou um corretor de imóveis para auxiliá-lo na venda de sua casa. Durante o processo de venda, o corretor agiu com diligência, mantendo João informado sobre o andamento das negociações e alertando-o sobre riscos de desvalorização do mercado imobiliário, que poderiam impactar o valor do imóvel. Além disso, o corretor informou João sobre uma possível mudança nos valores da proposta que ele receberia. No contrato entre eles, não havia especificação sobre a remuneração do corretor. Após a venda do imóvel, o corretor pediu uma comissão de 5% sobre o valor da transação, considerando que o valor do negócio estava dentro da média do mercado. No entanto, João questionou o valor, argumentando que não havia acordo prévio sobre o valor da comissão e que o percentual solicitado parecia excessivo.

Com base nas disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O corretor tem direito a receber a comissão de 5% sobre a transação, independentemente de ter sido ou não acordado previamente, pois a comissão é sempre fixada pela lei.
- (B) O corretor tem direito a receber a comissão de 5% sobre a transação, pois não havia acordo prévio, sendo a comissão arbitrada conforme os usos locais e a natureza do negócio.
- (C) O corretor não tem direito a nenhuma comissão, pois não houve acordo prévio sobre o valor da comissão e a comissão não pode ser arbitrada pela lei.
- (D) O corretor tem o direito de receber a comissão acordada previamente, mas como não houve acordo, ele não pode solicitar um valor arbitrário, sendo o valor a ser definido por João.
- (E) O corretor deve responder por perdas e danos por não ter informado corretamente os riscos do negócio e a possível alteração dos valores da proposta, mas ainda tem direito à comissão acordada, caso haja comprovação de diligência.

89

Maria é sublocatária de um imóvel comercial, onde a locatária principal, Ana, celebrou um contrato de locação com o valor mensal de R\$ 2.000,00. Maria, em razão de suas condições financeiras, pagava R\$ 3.000,00 pelo aluguel da sublocação, valor superior ao do aluguel original. Em um determinado momento, Maria tomou conhecimento da Lei n. 8.245/1991, que estabelece limites para o valor do aluguel na sublocação. Diante disso, ela decidiu reduzir o valor pago à locatária principal, Ana, para se adequar à limitação legal. Ana se recusou a aceitar essa redução, alegando que o valor de R\$ 3.000,00 estava de acordo com o que foi previamente acordado entre as partes. Considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) Maria tem o direito de reduzir o aluguel para R\$2.000,00, pois o valor do aluguel da sublocação não pode ser superior ao valor da locação original.
- (B) Maria não tem o direito de reduzir o aluguel, pois a locação foi celebrada de forma livre entre as partes, sendo válida a cobrança do valor acordado, independentemente das disposições legais sobre sublocação.
- (C) Maria tem o direito de reduzir o aluguel para R\$ 2.500,00, na hipótese de habitações coletivas multifamiliares.
- (D) Maria tem o direito de reduzir o aluguel para R\$2.000,00, mas somente após um período de 12 meses de sublocação, considerando que a lei estabelece prazos para a aplicação dessa redução.
- (E) Maria pode manter o valor de R\$ 3.000,00, pois a Lei n. 8.245/1991 não se aplica a imóveis comerciais, sendo essa limitação exclusiva para imóveis residenciais.

90

João, proprietário de um imóvel comercial, decidiu vender o imóvel para um terceiro interessado, recebendo uma proposta de compra. Como o imóvel estava alugado para Pedro, João notificou Pedro sobre a proposta de venda e lhe concedeu o direito de preferência para aquisição do imóvel, conforme as disposições da Lei n. 8.245/1991.

De acordo com a lei, o locatário tem um prazo para manifestar seu interesse pela compra do imóvel. Caso o locatário não se manifeste dentro desse prazo, o direito de preferência caduca, o proprietário poderá vender o imóvel ao terceiro interessado.

Com base nas disposições da Lei n. 8.245/1991 e no tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para manifestação de Pedro é contado a partir da data da notificação.
- (B) O prazo de trinta dias para manifestar sua aceitação da proposta só começa a contar após o locatário tomar efetiva ciência da proposta de venda.

- (C) A venda do imóvel ao terceiro não é válida, pois o locatário pode sempre exercer seu direito de preferência, independentemente do prazo, desde que ainda haja interesse.
- (D) O prazo de dez dias para manifestar a sua aceitação da proposta só começa a contar após o locatário tomar efetiva ciência da proposta de venda.
- (E) O prazo de quinze dias para manifestar a sua aceitação da proposta só começa a contar após o locatário tomar efetiva ciência da proposta de venda..

91

Durante o casamento de Maria e João, ambos adquiriram um imóvel no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com recursos oriundos do orçamento geral da União. Após a separação, Maria solicita a transferência do título de propriedade do imóvel, já que, conforme estabelecido pela lei, a propriedade adquirida durante a união estável ou o casamento com subvenções do programa deve ser registrada em nome da mulher, independentemente do regime de bens.

Com base no disposto na Lei n. 11.977/2009, assinale a alternativa correta.

- (A) O imóvel deve ser transferido para o nome de Maria, pois a subvenção foi oriunda de recursos do FAR, e a lei garante a transferência independentemente do regime de bens, sem exceção.
- (B) O imóvel deve ser registrado no nome de João, já que a lei prevê que a subvenção será dada ao cônjuge ou companheiro que não tenha vínculo com o FGTS.
- (C) Maria poderá solicitar a transferência do título de propriedade do imóvel, desde que os recursos não envolvam o FAR ou o FGTS, independentemente do regime de bens.
- (D) O imóvel será registrado no nome de Maria, pois a subvenção é oriunda de recursos do orçamento geral da União, e a lei prevê que o título será transferido para ela, independentemente do regime de bens.
- (E) O título de propriedade só poderá ser transferido para Maria se o casal comprovar que o imóvel foi adquirido com recursos do FGTS e não do FAR.

92

Com base nos princípios estabelecidos pela Lei n. 13.874/2019, também conhecida como Lei da Liberdade Econômica, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado deve intervir de forma contínua e constante na economia, regulando de maneira excessiva as atividades empresariais, como forma de garantir a proteção ao mercado.
- (B) O princípio da boa-fé do particular perante o poder público implica que o Estado deve agir de maneira excessivamente favorável ao particular, concedendo benefícios.
- (C) A intervenção do Estado nas atividades econômicas deve ser subsidiária e excepcional, respeitando a liberdade econômica e reconhecendo a vulnerabilidade do particular apenas em situações de má-fé, hipersuficiência ou reincidência.
- (D) O princípio da vulnerabilidade do particular perante o Estado implica que a intervenção estatal deve ser constante e irrestrita, limitando a liberdade do particular a todo momento para garantir a igualdade.
- (E) O princípio da boa-fé do particular perante o poder público exige que o Estado intervenha apenas em casos de vulnerabilidade extrema do particular, assegurando sempre a liberdade econômica sem restrições.

93

Com base na Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), analise as alternativas abaixo e marque a opção correta.

- (A) O conceito de acessibilidade refere-se apenas à possibilidade de pessoas com deficiência acessarem espaços e edifícios públicos.
- (B) O desenho universal é a concepção de produtos e serviços exclusivos para pessoas com deficiência, adaptados às suas necessidades, sem a necessidade de modificações adicionais.
- (C) Barreiras atitudinais se referem a obstáculos arquitetônicos que dificultam a mobilidade das pessoas com deficiência, como a falta de rampas e acessos adequados em edifícios.
- (D) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica abrange recursos, dispositivos e metodologias que buscam promover a funcionalidade e a participação da pessoa com deficiência, visando sua autonomia e inclusão social.
- (E) Mobiliário urbano inclui todos os objetos de uso pessoal das pessoas em espaços públicos, como cadeiras de rodas e bengalas, que auxiliam na mobilidade das pessoas com deficiência.

Direito Empresarial**Edilson Enedino****94**

O Registro Público de Empresas exerce atividade semelhante à dos cartórios. A publicidade dos atos empresariais típicos dependerá do registro deles nas Juntas Comerciais. A Lei n. 8.934/1994 estabelece as finalidades do Registro Público de Empresas, dentre as quais não se inclui:

- (A) cadastrar as empresas estrangeiras em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes.
- (B) proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento.
- (C) dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma da lei.
- (D) cadastrar as sociedades simples em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes.
- (E) cadastrar as empresas nacionais em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes.

95

O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual. A expressão estabelecimento empresarial refere-se ao conjunto de bens corpóreos e incorpóreos que compõem o acervo da empresa. A legislação brasileira permite a negociação do estabelecimento na forma de bem unitário. Sobre a negociação do estabelecimento, é correto afirmar que:

- (A) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos.
- (B) não havendo vedação expressa, o alienante do estabelecimento poderá fazer concorrência ao adquirente.
- (C) no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição do alienante fazer concorrência ao adquirente persistirá durante o prazo do contrato, mesmo que supere cinco anos.
- (D) o prazo dentro do qual o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, conta a partir da publicação do trespasse, seja qual for a data do vencimento da obrigação.
- (E) não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos três anos subsequentes à transferência.

96

Dentre as sociedades empresárias reguladas na legislação brasileira, a sociedade anônima é a que conta com o maior número de normas. Considerando as regras constantes da Lei das Sociedades Anônimas, pode-se afirmar que:

- (A) a sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações.
- (B) a companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades apenas para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- (C) pode ser objeto da companhia qualquer atividade com ou sem fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- (D) a sociedade anônima usará uma denominação como nome empresarial, vedada a inserção de nome de sócio na designação adotada.
- (E) a sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço nominal das ações subscritas ou adquiridas.

97

Sobre o protesto extrajudicial, é correto afirmar que:

- (A) o protesto será registrado dentro de cinco dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
- (B) na contagem do prazo para registro do protesto incluem-se o dia da protocolização e o do vencimento.
- (C) quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado neste último dia.
- (D) protocolizado o título, o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, no endereço fornecido pelo apresentante do título, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço, independente de quem a recebeu.
- (E) considera-se não útil, para contagem dos prazos do protesto, o dia em que não houver expediente bancário para o público, e útil aquele em que o expediente bancário não obedecer ao horário normal.

Direito Penal**Renato Pulz****98**

Em relação à teoria do crime há várias teorias extraídas do que está previsto no Código Penal. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Sobre a relação de causalidade, o Código Penal adotou como regra a Teoria da Causalidade adequada.
- (B) A mãe que se omite quando sabe que sua filha de 11 anos é molestada sexualmente pelo padrasto responderá pela omissão imprópria.
- (C) O crime será considerado tentado quando, iniciada a execução, se consumar por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- (D) A figura do crime impossível ocorre quando não se pune a tentativa em qualquer forma de ineficácia do meio ou impropriedade do objeto.
- (E) O agente poderá ser beneficiado pela figura do arrependimento posterior se reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por seu ato voluntário.

Direito Processual Penal**Renato Pulz****99**

Sobre o inquérito policial, marque a alternativa correta.

- (A) O requerimento do ofendido para a instauração de um inquérito policial deverá ser sempre conter a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- (B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Ministério Público.
- (C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- (D) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.
- (E) O Delegado de Polícia, quando não achar elementos probatórios do suposto fato criminoso, deverá arquivar o inquérito policial.

Conhecimento Gerais**Otoniel Linhares****100**

Nos primeiros meses de 2024, o cenário econômico global foi marcado por políticas monetárias divergentes entre os principais bancos centrais. Enquanto o Federal Reserve dos Estados Unidos manteve a taxa de juros em um patamar elevado para combater a inflação persistente, o Banco Central Europeu adotou medidas mais brandas diante da desaceleração econômica da Zona do Euro. No Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) enfrentou um dilema entre continuar reduzindo a taxa Selic ou manter um nível restritivo devido à pressão inflacionária e à volatilidade cambial.

Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor explica o impacto dessas políticas econômicas sobre os mercados emergentes, incluindo o Brasil.

- (A) O aumento dos juros nos Estados Unidos fortalece o dólar, reduzindo a atratividade dos investimentos em mercados emergentes e pressionando a desvalorização das moedas locais.
- (B) A manutenção da taxa de juros na Europa favorece a entrada de capitais em países emergentes, como o Brasil, pois os investidores buscam rendimentos mais elevados fora da Zona do Euro.
- (C) A redução da taxa Selic pelo Banco Central do Brasil reduz o custo da dívida pública e atrai investidores estrangeiros em busca de rendimentos mais previsíveis no longo prazo.
- (D) O Federal Reserve e o Banco Central Europeu coordenam suas políticas monetárias para minimizar impactos negativos sobre os mercados emergentes, garantindo estabilidade nas economias periféricas.
- (E) O aumento dos juros nos Estados Unidos reduz a inflação global ao estimular a demanda por commodities, beneficiando países exportadores como o Brasil.



2º Simulado
Exame Nacional para Cartórios
1ª Edição (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	A	C	C	A	D	E	C	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	B	D	D	B	A	E	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	E	C	C	C	C	C	D	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	C	E	A	C	B	A	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	E	C	A	B	B	D	E	C	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	E	E	E	D	E	A	E	A	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
B	C	C	B	B	B	A	E	D	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	C	D	C	E	E	A	A	B	B
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
B	C	C	C	B	C	B	B	A	B
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
D	C	D	D	C	B	D	B	C	A

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora

**ENAC – 2º SIMULADO – EXAME NACIONAL
PARA CARTÓRIOS – 1ª EDIÇÃO (PÓS-EDITAL)**

Direito Notarial e Registral

Carlos Elias

1

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Lei de Registros Públicos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Suponha que um pai venha a reconhecer a paternidade, com a devida averbação. É possível acrescentar o sobrenome dele ao filho, sem necessidade de decisão judicial.
- (B) Uma pessoa que não adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, diretamente no cartório de registro civil, solicitar o acréscimo de um ou mais sobrenomes do cônjuge ao seu nome.
- (C) A supressão do sobrenome do ex-cônjuge mantido no divórcio pode ser feita a qualquer momento.
- (D) Uma pessoa que adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, sem se divorciar, solicitar diretamente no cartório de registro civil o retorno ao seu nome de solteiro.
- (E) É direito subjetivo do ex-cônjuge a modificação do registro civil para reinserir patronímico utilizado na constância do casamento livremente excluído em razão do divórcio.

Letra e.

Assunto abordado: Registro civil das pessoas naturais.

- (A) Certa. Conforme o art. 57, IV, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

IV – inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022) (Grifos nossos.)

- (B) Certa. Conforme o art. 57, II, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

II – inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022) (Grifos nossos.)

- (C) Certa. Conforme o art. 57, III, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

III – exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas; (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022) (Grifos nossos.)

- (D) Certa. Conforme o art. 57, II, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

II – inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022) (Grifos nossos.)

- (E) Errada. Conforme a seguinte jurisprudência:

Jurisprudência em tese – STJ – Registros Públicos, Cartórios e notariais III – Edição n. 226: 8) **Não é direito subjetivo do ex-cônjuge a retificação do registro civil para reincluir sobrenome utilizado na constância do casamento, que foi livremente excluído no divórcio.** Precedente: REsp 2005058/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2022, DJe 21/10/2022. (Grifos nossos.)

2

- Assinale a alternativa correta acerca do casamento religioso à luz da Lei de Registros Públicos.
- (A) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, poderá vir a ter efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.
- (B) O termo ou assento lavrado pela autoridade religiosa será enviado ao cartório responsável pela habilitação, e, após a anotação da entrada do requerimento, o oficial realizará o registro em até cinco dias úteis.
- (C) No prazo de quinze dias, a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.
- (D) O termo ou assento do casamento religioso será subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por três testemunhas.
- (E) O registro produzirá efeitos jurídicos somente a partir da data em que for lavrado no cartório, independentemente da data de celebração do casamento.

Letra a.**Assunto abordado:** Registro civil das pessoas naturais.

- (A) Certa. Conforme o art. 1.516, § 2º, da Lei n. 10.406/2002, e o art. 74 da Lei n. 6.015/1973:

Código Civil, Art. 1.516. O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

§ 1º O registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização, mediante comunicação do celebrante ao ofício competente, ou por iniciativa de qualquer interessado, desde que haja sido homologada previamente a habilitação regulada neste Código. Após o referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

§ 2º O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas neste Código, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente e observado o prazo do art. 1.532.

§ 3º Será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.

Lei de Registros Públicos, Art. 74. O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprindo eles eventual falta de requisitos nos termos da celebração.

- (B) Errada. Contraria o § 2º do art. 73 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 73. No prazo de trinta dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão. (Renumerado do art. 74, pela Lei n. 6.216, de 1975).

§ 2º Anotada a entrada do requerimento o oficial fará o registro no prazo de **24 (vinte e quatro) horas.** (Grafos nossos.)

- (C) Errada. Contraria o *caput* do art. 73 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 73. No prazo de **trinta dias** a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão. (Grafos nossos.)

- (D) Errada. Contraria o art. 72 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 72. O termo ou assento do casamento religioso, subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por **duas testemunhas**, conterá os requisitos do artigo 71, exceto o 5º. (Renumerado do art. 73, pela Lei n. 6.216, de 1975) (Grafos nossos.)

- (E) Errada. Contraria o *caput* do art. 75 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 75. O registro produzirá **efeitos jurídicos** a contar da **celebração** do casamento. (Renumerado do art. 76, pela Lei n. 6.216, de 1975) (Grafos nossos.)

3

Analise as afirmações abaixo referentes à lavratura do assento de óbito.

- I – Embora a regra seja que nenhum sepultamento seja feito sem certidão de registro de óbito, há casos em que, na prática, o assento de óbito pode vir a ser lavrado após o enterro. Nesses casos, se não houver atestado de médico nem de duas pessoas qualificadas, duas testemunhas do sepultamento as quais possam atestar a identidade do falecido assinarão juntamente com o declarante do óbito.
- II – Admite-se a justificação para o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, sendo suficiente, para tal, a comprovação de sua presença no local do desastre.
- III – No caso de ter a criança nascido morta, o registro será realizado no livro “C Auxiliar”.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) nenhum item.

Letra c.

Assunto abordado: Registro civil das pessoas naturais.

- I) Certo. Conforme os arts. 77, *caput*, e 83 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 77. Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de *cujus*, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte. (Redação dada pela Lei n. 13.484, de 2017)

§ 1º Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito. (Redação dada pela Lei n. 6.216, de 1975).

§ 2º A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei n. 6.216, de 1975).

Art. 83. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, **duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento**

ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver. (Renumerado do art. 84 pela Lei n. 6.216, de 1975) (Grifos nossos.)

- II) Errado. Contraria o art. 88, *caput*, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 88. Poderão os Juízes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, **quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.** (Grifos nossos.)

- III) Certo. Conforme o art. 53, § 1º, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. (Renumerado do art. 54, com nova redação, pela Lei n. 6.216, de 1975).

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro “C Auxiliar”, com os elementos que couberem. (Incluído pela Lei n. 6.216, de 1975). (Grifos nossos.)

4

Assinale a alternativa incorreta acerca da habilitação para o casamento à luz da Lei de Registros Públicos.

- (A) Os interessados em se casar deverão previamente obter a sua habilitação mediante a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil perante o oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes.
- (B) A celebração do casamento poderá ser realizada, a requerimento dos nubentes, em meio eletrônico, por sistema de videoconferência em que se possa verificar a livre manifestação da vontade dos contraentes.
- (C) A dispensa da publicação eletrônica dos editais de proclamas, requerida pelos contraentes, nas hipóteses previstas em lei, é de alcada do Juiz Corregedor, com possibilidade de recurso da decisão à Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o Juiz competente, em petição circunstanciada indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.
- (E) A identificação das partes e a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil para fins de habilitação poderão ser realizadas eletronicamente mediante recepção e comprovação da autoria e da integridade dos documentos.

Letra c.

Assunto abordado: Registro civil das pessoas naturais.

- (A) Certa. Conforme o art. 67, *caput*, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 67. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.

(B) Certa. Conforme o art. 67, § 8º, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 67. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.

§ 8º A **celebração** do casamento poderá ser realizada, a **requerimento dos nubentes**, em **meio eletrônico**, por sistema de videoconferência em que se possa **verificar a livre manifestação da vontade dos contraentes**. (Grifos nossos.)

(C) Errada. Contraria o § 2º do art. 69 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em **petição dirigida ao oficial de registro**, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

§ 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e **caberá recurso da decisão ao juiz corregedor**. (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022) (Grifos nossos.)

(D) Certa. Conforme o art. 68, *caput*, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 68. Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o Juiz competente, em petição circunstanciada indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações. (Renumerado do art. 69, pela Lei n. 6.216, de 1975).

(E) Certa. Conforme o art. 67, § 4º-A, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 67. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem. (Renumerado do art. 68, pela Lei n. 6.216, de 1975). § 4º-A. A identificação das partes e a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil para fins de habilitação poderão ser realizadas eletronicamente mediante recepção e comprovação da autoria e da

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.

FACILITE SEUS ESTUDOS:
rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:
faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

NÚMEROS GRANDES:
milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!



Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora